
PONTE PARA UM FUTURO SOMBRIO

O golpe de Estado desencadeado em 2015, cuja primeira etapa entronizou na Presidência da República o vice Michel Temer e seu grupo, ingressa agora em novo estágio, graças à vitória da candidatura de extrema-direita no segundo turno das eleições presidenciais. Decididas a estancar o ciclo de governos moderadamente progressistas inaugurado em 2003 por Luiz Inácio Lula da Silva e a implantar sem delongas a agenda de reformas ultraliberais ironicamente apelidada “Ponte para o Futuro”, as oligarquias brasileiras e o grosso da burguesia unificaram-se em torno do ex-capitão Jair Bolsonaro. Deste modo, impuseram uma dura derrota ao PT, aos demais partidos de esquerda e aos movimentos sociais (e, no primeiro turno, já haviam rifado o PSDB).

A percepção de que Bolsonaro poderia trazer ao país a barbárie, por sua apologia da tortura, suas declarações de teor misógino, homofóbico e racista e ainda por seu anúncio de que os opositores serão “varridos” ou presos caso não busquem o exílio, mobilizou no segundo turno inesperados apoios ao candidato petista Fernando Haddad. Do apresentador Luciano Huck ao ex-governador tucano Alberto Goldman, do democrata-cristão José Maria Eymael ao ex-presidente do STF Joaquim Barbosa, não foram poucos os que, embora antagonistas da esquerda ou estranhos a ela, rechaçaram o projeto de Bolsonaro. Em vão.

Bolsonaro angariou 57,8 milhões de votos, contra os 47 milhões obtidos por Haddad. Porém, 42 milhões de eleitoras e eleitores deixaram de votar em algum dos candidatos — 31 milhões abstiveram-se, os restantes 11 milhões votaram nulo ou branco.

Omisso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) optou por não investigar as fartas evidências de práticas ilegais na campanha de Bolsonaro, tais como o uso de bancos de dados de terceiros para envio massivo de *fake news* na rede social WhatsApp, disparadas por robôs desde o exterior,

conforme revelou reportagem da *Folha de S. Paulo*. Financiado por empresários, o esquema configurava “caixa 2” e outros crimes eleitorais.

Nada será como antes. As oligarquias dominantes não querem correr risco algum, razão pela qual o ex-presidente Lula foi impedido de disputar a eleição. A elas pouco importa se Bolsonaro pretende rearmar a população, incitar o ódio, reimplantar a Ditadura Militar. Ou se é capaz de intimidar professores citando-os nominalmente (o que fez, em vídeo, logo após eleger-se).

Para espanto da mídia internacional, o juiz Sérgio Moro — que condenou Lula à prisão, por corrupção, em julgamento questionado até mesmo pela ONU, retirando-o assim da disputa eleitoral que liderava — foi agraciado pelo presidente eleito com o superministério da Justiça e Segurança Pública. Bingo!

Veterano porta-voz da extrema-direita militar, o general Augusto Heleno assumiria a pasta da Defesa. Setores do Exército avalizaram a candidatura Bolsonaro e fazem pressão sobre o Judiciário. A presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, concedeu tensa entrevista coletiva em que defendeu a “normalidade” da eleição tendo ao seu lado, estranhamente, o poderoso ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen.

O porvir que se prenuncia é sombrio, mas há que resistir à tirania, sempre!

“PEC da Morte”. Nesta edição abordamos os reflexos da EC 95 de Temer nas contas do SUS e no financiamento da ciência brasileira, bem como os devastadores efeitos da “reforma trabalhista” sobre a classe trabalhadora. O programa econômico delineado pelo presidente eleito e seus auxiliares aprofundará o corte de gastos e a retirada de direitos. Tema da capa, os povos indígenas estão entre os alvos do novo governo.

O Editor